

**ACTA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO  
DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SINTRA**

CCDRLVT, 8 de junho de 2016

Realizou-se no dia 8 de junho de 2016 pelas 10h30m a 5.ª reunião da Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra com as presenças constantes da lista anexa à presente ata.

A CCDRLVT iniciou a reunião colocando para aprovação da CA as alterações introduzidas no regulamento de organização e funcionamento da comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal Sintra, decorrente da necessidade de adaptação à entrada em vigor da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. A nova redação do Regulamento foi aprovada por unanimidade.

Colocou ainda à aprovação da CA as atas relativas à 3ª e 4ª reunião da CA, as quais foram aprovadas pelos presentes. A DGRDN informou que a sua ausência na 4ª reunião decorreu do facto de não ter sido rececionada a respetiva convocatória.

A CCDRLVT realçou que a presente reunião corresponde à conferência procedimental referida na alínea b) do ponto 1 do art.º 13.º da Portaria nº 277/2015 e tem como objetivo ponderar e proceder à votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental. Nestes termos constará da ata a posição manifestada por cada uma das entidades bem com a deliberação final relativamente à proposta de plano submetida pela Câmara Municipal de Sintra à Comissão de Acompanhamento. Os pareceres emitidos pelas entidades serão anexados à presente ata, sendo parte integrante da mesma.

Informou que após esta reunião será elaborado o parecer final da CCDRLVT, nos termos do artº 17º da supracitada Portaria, que irá traduzir a decisão final e vinculativa de toda a Administração e que será acompanhado pela presente ata. O parecer a elaborar pela CCDD abordará, de forma sintética, as questões colocadas pelas diversas entidades, na perspetiva do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e da compatibilidade da proposta com programas territoriais existentes.

O Presidente da CA deu a palavra às entidades para que transmitissem a sua posição.

O **Parques de Sintra Monte da Lua** emite parecer favorável condicionado à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra, com as seguintes condições:

1. Ser aperfeiçoado o regime de ordenamento e gestão para a área da Paisagem Cultural de Sintra, tendo presentes os objetivos específicos de salvaguarda e valorização do património cultural e paisagístico, tendo presente o disposto no artº 17º, nº2 do RJIGT e no DL 215/2000 de 2 de setembro, designadamente:
  - a) Possibilitar a realização das ações necessárias à salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra.
  - b) Prever a gestão coordenada da zona nuclear da Paisagem Cultural de Sintra, no sentido da articulação com a PSML na salvaguarda e valorização de todo este espaço.

2. Contemplar a salvaguarda e valorização da zona envolvente do Palácio Nacional de Queluz no âmbito da UOPG 3, estabelecendo-se a previsão de adoção de um plano de pormenor de salvaguarda para esta área.

A Assembleia Municipal de Sintra informou que se encontra a acompanhar a proposta.

A Câmara Municipal de Odivelas emite parecer favorável, considerando que de um modo geral, os usos do solo são compatíveis com os usos do solo do PDM de Odivelas em vigor e se verifica articulação em termos de Condicionantes.

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional emite parecer favorável condicionado à introdução das preocupações manifestadas no seu parecer. Solicita que a CMS lhe remeta a versão com as alterações em causa para apreciação final.

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP emite parecer favorável, informando que os limites dos estabelecimentos prisionais e as áreas de servidão e proteção se encontram correntemente identificados na Planta de Condicionantes.

A Direção-Geral do Território emite parecer favorável condicionado a que a conclusão do processo de homologação aconteça antes da Discussão Pública. A homologação é obrigatória de acordo com o estipulado no artigo 25º do Decreto-Lei nº 180/2009, de 7 de agosto, e no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 141/2014, de 19 de setembro. Deverão igualmente ser alvo de atenção as recomendações do parecer emitido por esta entidade.

A Câmara Municipal da Amadora emite parecer favorável, atendendo ao registo e perspetiva para diversos aspetos, nomeadamente os relacionados com a articulação intermunicipal de infraestruturas, proteção e valorização do território e do património, medidas de valorização ambiental e de sustentabilidade, de uma complementaridade e desejável articulação intermunicipal e interinstitucional.

A Câmara Municipal de Cascais emite parecer favorável. Concluiu que em grande parte há uma continuidade visível tanto nas classes de solo como na qualificação do solo e não registou conceitos muito diferentes entre a Proposta de PDM de Sintra e o PDM de Cascais, alertando para algumas situações a serem ponderadas, nomeadamente no que respeita à servidão aeronáutica.

A Câmara Municipal de Oeiras emite parecer favorável, concluindo que à partida, não parece haver inconvenientes do ponto de vista urbanístico, na conciliação da proposta perseguida pelo PDM de Sintra com as previsões do PDM de Oeiras para a área limítrofe entre ambos, contudo no que respeita às intervenções no domínio da mobilidade, acessibilidades, transportes e rede viária não se encontra estabelecido nesta fase e neste instrumento de gestão territorial nenhum compromisso com os municípios vizinhos.

A Câmara Municipal de Loures emite parecer favorável por estar assegurada a articulação entre os dois municípios.

A Câmara Municipal de Mafra abstém-se de pronúncia.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP emite parecer desfavorável com base nos seguintes fundamentos:

- O Relatório de Caracterização e Diagnóstico mantém os erros e omissões apontados no parecer anterior (ofício 15615/2015/DCNF-LVT/DPAP), sendo de realçar que não inclui os estudos de caracterização e inventariação dos valores naturais, designadamente os habitats e as espécies da flora e da fauna incluídos nos anexos B-I, B-II, B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, na redação dos Decretos-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro e 156-A/2013 de 08 de novembro que ocorrem em Área Classificada do município e as demais espécies constantes no relatório do Plano de Ordenamento do PNSC (em que os habitats apenas estão delimitados na carta da estrutura ecológica), bem como a caracterização dos povoamentos florestais e sua implantação cartográfica e não elenca devidamente todas as servidões e restrições de utilidade pública.

- Ao nível das condicionantes, nomeadamente a planta de condicionantes não integra devidamente todas as servidões e restrições de utilidade pública, estando omissas as áreas classificadas no PMDFCI de Sintra com perigosidade de incêndio alta e muito alta e os Postos de Vigia Incluídos na Rede Nacional de Postos de Vigia, e por isso em incumprimento nos termos do art.º 16º, nº1 e art.º 32º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, bem como não define devidamente os povoamentos florestais percorridos por incêndio conforme antes exposto, levando ao não cumprimento devido do Decreto-Lei n.º 55/2007 de 12 de março e não estabelece a zona de proteção das Árvores e Arvoredos de Interesse Público nos termos do art.º 3º, nº8 da Lei n.º 53/2012 de 05 de setembro. Por outro lado a transposição dos limites do SIC Sintra-Cascais não foi efetuada nos termos da metodologia exibida no ponto 7.3 do PSRN2000, sendo que os limites do Monumento Natural de Carenque não correspondem à informação disponível do ICNF e efetuada mediante o Decreto 19/97 de 5 de maio.

- Ao nível da proposta de ordenamento (relatório, planta de ordenamento e regulamento) não é considerado o PMDFCI Sintra (nomeadamente o disposto no art.º 16º, nº1 do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro), sendo que enferma do facto dos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndio não se encontrarem devidamente delimitados, para além de não terem sido levadas em conta todas as diretrizes do PROF-AML e por isso não se conforma com este.

A proposta de revisão do PDM não enquadra e releva a Área Protegida do Parque Natural de Sintra-Cascais, classificada nos termos do Decreto-Lei nº 142/2008 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 242/2015 de 15 de outubro e não efetua com eficácia e rigor o processo de transposição dos conteúdos do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 1-A/2004 de 8 de janeiro, com incidência urbanística e relativas à ocupação, uso e transforação do solo, nos termos do art.º 78º da LBGPPSOTU e do art.º 198º do RJGT. Conforme justificado e demonstrado no seu parecer, a proposta de revisão do PDM de Sintra viola e não se conforma com o Plano Especial de Ordenamento do Território do PNSC.

- Por outro lado e conforme fundamentado no seu parecer a proposta não cumpre os requisitos exigíveis no ponto 7.3 do PSRN2000 e que estabelece a metodologia de adaptação dos PMOT aos PDM.

- Acresce que a Estrutura Ecológica Municipal não garante devidamente as suas funções ecológicas, proteção e conservação e a rever no sentido de estabelecer a Rede Fundamental da

Conservação da Natureza conforme disposto na ENCNB e no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade, bem como o cumprimento do PROF-AML. Sendo que importa ainda que a proposta de revisão do PDM Sintra integre o património geológico anteriormente identificado.

A Agência Portuguesa do Ambiente - ARH Tejo e Oeste emite parecer favorável condicionado ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e identificadas no seu parecer e à compatibilidade com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra Sado, ainda em vigor. Relativamente ao Relatório Ambiental emitiu parecer favorável ao documento apresentado, no âmbito da AAE do PDM de Sintra.

Relativamente à delimitação de REN proposta esta entidade emitiu parecer desfavorável, em virtude das questões relativas à tipologia "Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos", sem prejuízo das questões que impendem sobre outras tipologias e que são expressas no seu parecer, na medida em que se considera que não estão reunidas as condições necessárias para a emissão de um parecer devidamente fundamentado.

A Autoridade Nacional de Aviação Civil emite parecer favorável à proposta.

A Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo emitiu parecer desfavorável à proposta de plano, tendo por base as propostas de exclusão da RAN, nos termos especificados no seu parecer.

O Turismo de Portugal, IP emite parecer desfavorável com fundamento na existência de aspetos relacionados com o cumprimento de normas legais ou regulamentares. Verifica ainda o não cumprimento do POPNSC, manifestando discordância técnica com algumas soluções apresentadas pela CMS, especificadas no seu parecer, e a serem clarificadas posteriormente.

A Infraestruturas de Portugal emite parecer favorável condicionado às correções e observações contidas no presente parecer, seja em termos de rede rodoviária seja de infraestruturas ferroviárias. Esta entidade identifica incorreções e omissões que deverão ser sanadas quer no Regulamento quer nas peças cartográficas.

A Autoridade Nacional de Proteção Civil emite parecer desfavorável com fundamento na não regulamentação de riscos na salvaguarda da segurança de pessoas e bens, não introdução da perigosidade de incêndio florestal e a não referência à existência de indústrias Seveso.

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP emite parecer favorável condicionado à integração das recomendações constantes no seu parecer.

A Direção Geral do Património Cultural emite parecer favorável condicionado às recomendações e correções enunciadas no seu parecer.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo emite parecer favorável condicionado à satisfação das questões enunciadas no seu parecer.

Destaca em particular a necessidade de fundamentação da classificação do solo urbano face ao disposto no n.º 3 do art.º 7.º do RJIGT e ao art.º 82.º da LBPPSOTU, da compatibilidade com os PEOT e satisfação integral ao disposto nos art.º 78.º da LBGPPSOTU e do art.º 198.º do RJIGT, da adequada programação e execução do plano, nos termos do disposto no art.º 56.º da LBPPSOTU e

dos art.º 146.º e 172.º do RJIGT e do art.º 7.º do DR 15/2015, e de ser assegurada a integral consonância com o PROTAML.

Identificam-se ainda diversas situações que carecem de reponderação tendo em vista garantir o adequado cumprimento de normas legais, conforme explicitado no seu parecer, destacando-se as questões relativas ao RGR, ao DR 9/2009, ao conteúdo documental e material, à proposta de legalização de edificações e compatibilidade de usos face ao disposto no RJIGT e DR 15/2015, à articulação com a Portaria n.º 216-B/2008. Quanto à proposta de Regulamento destacam-se as seguintes questões: desadequação na integração do MDT nestes elementos, a regulamentação em termos de programação e a inexistência de parâmetros para estacionamento.

Relevaram-se igualmente algumas situações em matéria de classificação e qualificação do solo e da definição da Estrutura Ecológica Municipal

No que respeita à proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional apresentada, emite-se parecer favorável condicionado ao efetivo esclarecimento das questões já anteriormente apresentadas e reiteradas no presente parecer e às necessárias correções à delimitação das tipologias que por princípio devem integrar a REN considerando o presente parecer, bem como os pareceres que vierem a ser emitidos pelas demais entidades da CA de entre as quais se salientam a APA, atentas as suas competências específicas no âmbito desta matéria.

Tendo sido suscitadas dúvidas sobre a identificação das desconformidades na integração dos PEOT, a CCDRLVT solicitou ao ICNF e à APA que até ao dia 24 de junho remetam documentos mais detalhados que fundamentem/especifiquem estas matérias.

A CCDRLVT informou terem a DGEG e o IAPMEI comunicado que por motivos de agenda não lhes era possível estarem presentes na reunião mas transmitiram previamente o seu parecer, que foram apresentados de forma sintética.

- O IAPMEI- Agência para a competitividade e Inovação, IP emitiu parecer favorável, apresentando contudo recomendações para alteração dos artº 45º, 66º, 70-º e 94.º do Regulamento, no sentido de acolher as indústrias existentes ou a instalar reforçando e consolidando o desenvolvimento do tecido industrial do concelho de Sintra.

- A Direção-Geral de Energia e Geologia emitiu parecer favorável condicionado, nomeadamente à alteração ao art.º 8º, no que se refere a recursos hidrominerais e águas de nascente, e ao art.º 41.º quanto à reposição da topografia inicial.

A CCDDR deu a conhecer as pronúncias das entidades externas consultas, nomeadamente:

- A EPAL emitiu parecer favorável condicionado à correção da identificação de infraestruturas na Planta de Condicionantes e das referências a diplomas legais.

- O Instituto Português do Desporto e Juventude, IP informou que os elementos disponíveis não contêm matéria para apreciação no âmbito das suas atribuições.

- A Autoridade Marítima Nacional- Direção de Faróis informou que as servidões de sinalização marítima existentes no concelho estão contempladas na Planta de Condicionantes e as respetivas áreas encontram-se corretamente identificadas.



- A ANA emitiu parecer favorável, informando que estão incluídas as servidões aeronáuticas civis como condicionantes a considerar e nada há a referir quanto à Servidão Aeronáutica do Aeroporto de Lisboa, sugerindo retificações pontuais ao relatório do Plano.

- O LNEG emitiu parecer favorável, identificando algumas omissões em termos da caracterização do concelho do ponto de vista de geomorfologia, geologia, património geológico, geologia costeira e riscos, e destacando a relevância e ameaças dos sistemas de aquíferos existentes.

- A EDP emitiu parecer favorável condicionado à observância dos condicionalismos expostos no seu ofício. Refere que deverão ser acautelados os eventuais planos de expansão de rede elétrica e alerta para que as futuras viabilidades de fornecimento de energia elétrica induzidas pela entrada em vigor deste PDM só poderão ser definidas após a apresentação do respetivo projeto.

- A REN- Rede Elétrica Nacional SA emitiu parecer favorável, sugerindo porém diversas alterações na redação do Relatório, na Planta de Condicionantes- Equipamentos e Infraestruturas, no tema 9 dos Estudos de Caracterização e no art.º 8.º do Regulamento do PDM.

- O Instituto dos Registos e do Notariado informa não ter competência para emitir pareceres que extravasem a área registral e como tal não poderá dar cumprimento ao solicitado.

- A EPAL - Grupo Águas de Portugal emitiu parecer favorável condicionado à atualização da Planta de Condicionantes e da Planta de Condicionantes no que respeita às infraestruturas da EPAL e das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, alertando para que quaisquer interferências com essas infraestruturas carecem de licenciamento. Propõe alteração do Regulamento no sentido de incluir referência expressa às suas infraestruturas e respetivas servidões.

A Comissão de Acompanhamento à revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra após ponderação das diferentes posições manifestadas, deliberou nos termos do artº 85º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, e da alínea b) do nº1 do artº 13º da Portaria nº 277/2015 de 10 de setembro, emitir parecer favorável condicionado à verificação das questões de legalidade e ponderação das questões identificadas nos pareceres de cada uma das entidades.

A CCDRLVT informou que formalmente se encontrava concluída a fase de acompanhamento, seguindo-se a fase de concertação, nos termos do art.º 87.º do RJIGT, sendo esta fase da iniciativa da autarquia.

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião.